



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

PLANO ANUAL DE AUDITORIA

PAA - 2021

ATUALIZADO EM JULHO/2021

NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA - NUAUD



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

Seção Judiciária do Distrito Federal

Marcelo Velasco Nascimento Albernaz
Diretor do Foro

Rafael Paulo Soares Pinto
Vice-Diretor do Foro

Erico de Souza Santos
Diretor da Secretaria Administrativa

Josemar Rodrigues de Queiroz
Diretor do Núcleo de Auditoria Interna

Equipe do Nuaud

Allan Delmar Lopes Vieira de Melo - Assistente Adjunto III

Josemar Rodrigues de Queiroz - Supervisor da Seauc

Leiciane Dias Pereira – Assistente Adjunto III

Luiza Valéria Gonçalves – Assistente Adjunto III

Richard Zoltan Seabra Reis - Supervisor da Seagp

Sarah Sobral Marcondes Eugênio – Prestadora de serviço

Elaboração:

Luiza Valéria Gonçalves – Assistente Adjunto III

Josemar Rodrigues de Queiroz - Supervisor da Seauc

Richard Zoltan Seabra Reis - Supervisor da Seagp

Revisão Geral:

José Joaquim de Oliveira – Diretor do Nuaud - Biênio Maio/2021-Maio/2023



Sumário

1. APRESENTAÇÃO.....	4
2. OBJETIVOS.....	4
3. ESTRUTURA DO NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA - NUAUD.....	5
4. INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	6
5. METODOLOGIA PARA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA	6
6. ANEXOS	7
7. ENCAMINHAMENTO	7
8. APROVAÇÃO DA DIRETORIA DO FORO	8
ANEXO 1 – PAA 2021	9
ANEXO 2 – PAA 2021	14
ANEXO 3 – PAA 2021	177



1. APRESENTAÇÃO

O Plano Anual de Auditoria – PAA da Seção Judiciária do Distrito Federal para o período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2021, foi elaborado em atendimento à [Resolução n. 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ](#), que aprova as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna Governamental do Poder Judiciário –DIRAUD-Jud e dá outras providências, bem como ao Estatuto de Auditoria Interna da Justiça Federal da 1ª Região, aprovado pela [Resolução Presi n. 57/2017 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região- TRF1](#), de 18 de dezembro de 2017.

O PAA-2021 objetiva demonstrar as ações e atividades de auditoria a serem desempenhadas pelo Nuaud, as ações estratégicas e iniciativas para o desenvolvimento institucional, em consonância com a [Resolução n. 447/2017 do Conselho da Justiça Federal- CJF](#), que dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal; a [Resolução n. 34/2017 do Tribunal Regional Federal da 1ª Região- TRF1](#), que instituiu a Gestão de Riscos na Justiça Federal de 1º e 2º graus da 1ª Região; e com o Plano Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026, aprovado pela [Resolução CJF n. 668/2020](#).

A execução dessas ações ocorrerá por meio de auditorias, inspeções, fiscalizações, monitoramentos e consultorias, com base nos critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, observadas as prioridades.

O PAA-2021 será submetido à apreciação e aprovação da autoridade máxima do órgão e disponibilizado na página eletrônica da Seção Judiciária do Distrito Federal – SJDF.

2. OBJETIVOS

O PAA-2021 tem os seguintes objetivos:

- Avaliar a gestão de riscos;
- Avaliar a eficácia dos controles internos administrativos;
- Avaliar a eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional, patrimonial, de gestão de pessoas e de tecnologia da informação;
- Assegurar a regularidade dos atos de gestão;
- Orientar os gestores quanto à adoção de boas práticas;

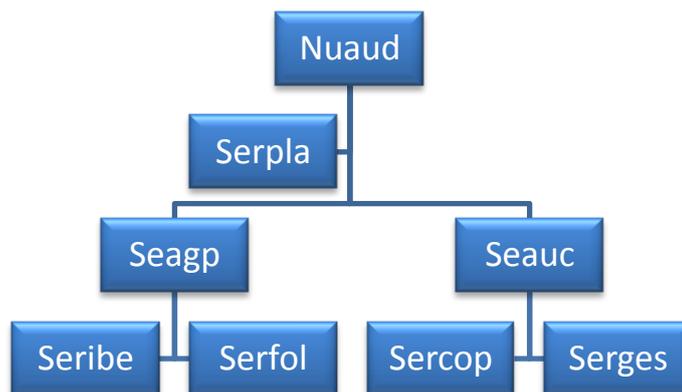


- Fornecer suporte e orientação à Administração no desempenho de suas atividades, sempre que for provocado, e sem cogestão.
- Monitorar e acompanhar o cumprimento das determinações e recomendações do TRF1, CJF, CNJ e TCU.

3. ESTRUTURA DO NÚCLEO DE AUDITORIA INTERNA - NUAUD

As atribuições do Nuaud constam do Regulamento de Serviço da SJDF (doc. SEI [10297099](#)) e estão em consonância com as práticas recomendadas pelo TCU.

Organograma



Nuaud - Núcleo de Auditoria Interna: dirigir e executar ações de auditoria interna, visando à comprovação da legalidade, legitimidade e economicidade da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e de pessoal, assim como dos atos e fatos de gestão, praticados no âmbito da Seção Judiciária, tendo por base os princípios legais e constitucionais que regem a Administração Pública, bem como avaliar os resultados alcançados, quanto à eficácia e eficiência da gestão.

Serpla - Serviço de Planejamento e Monitoramento de Auditoria Interna: auxiliar o planejamento e execução das ações de auditoria interna, bem como ajudar na avaliação dos resultados alcançados, quanto à eficácia e eficiência da gestão.

Seagp - Seção de Auditoria Interna de Gestão de Pessoas: supervisionar as atividades e ações de auditoria com vistas à verificação e análise da legalidade, legitimidade e conformidade dos atos de gestão de pessoas, da qualidade dos controles internos administrativos, da regular aplicação dos recursos pela Seção Judiciária e dos resultados quanto à eficiência, eficácia e efetividade da gestão de pessoas.



Seribe - Serviço de Auditoria de Indenizações e Benefícios: Auxiliar na execução de atividades e ações de auditoria sobre a realização de despesas com assistência à saúde, benefícios e indenizações para servidores e magistrados.

Serfol - Serviço de Auditoria de Folha de Pagamento: Auxiliar na execução de atividades e ações de auditoria sobre os atos de gestão de pessoas que resultem em despesas ou restituições ao erário registradas na folha de pagamento de pessoal da Seção Judiciária.

Seauc - Seção de Auditoria Interna de Gestão Administrativa e Contábil: supervisionar as atividades e ações de auditoria sobre os sistemas contábil, financeiro, patrimonial, de execução orçamentária e demais sistemas administrativos e operacionais da SJDF.

Sercop - Serviço de Auditoria Interna Contábil e Patrimonial: Auxiliar a realização de auditoria da escrituração contábil da Unidade Gestora da Seção Judiciária, relativa aos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

Serges - Serviço de Auditoria Interna de Gestão: Auxiliar a Seção nas ações de auditoria e controle relativos aos procedimentos licitatórios, das dispensas e inexigibilidade, na execução dos contratos e convênios.

4. INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

O Nuaud atua em parceria com a Administração da SJDF, com a Secretaria de Auditoria Interna – Secau/TRF1, com o Conselho da Justiça Federal – CJF e com o TCU para estimular o aperfeiçoamento dos controles internos de gestão e a adoção de boas práticas administrativas, em observância aos princípios da legalidade, economicidade, eficácia, eficiência e efetividade das ações.

Em cumprimento ao art. 69 da [Resolução n. 309/2020 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ](#), foi elaborado o Plano Anual de Capacitação de Auditoria - PAC-Aud (doc. SEI [11856054](#)) com o propósito de capacitar e desenvolver de forma continuada a equipe de auditoria, com vistas a desenvolver competências técnicas necessárias à execução das atividades da unidade de auditoria.

5. METODOLOGIA PARA PRIORIZAÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA

O PAA-2021 teve suas ações definidas com base no Planejamento Estratégico da Justiça Federal - PEJF 2021/2026 ([Resolução CJF n. 668/2020](#)), com a finalidade de adicionar valor à



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

estrutura de governança por meio de análise sistêmica do gerenciamento de riscos estratégicos, financeiros e operacionais, da avaliação dos controles internos das unidades, dos planos, metas e objetivos específicos da Seção Judiciária do Distrito Federal.

A Justiça Federal pretende consolidar-se perante a sociedade como uma justiça efetiva e transparente e, por meio do PEJF 2021/2026, que identifica os macrodesafios a serem enfrentados e traça os objetivos para superá-los, pretende implementar ações que garantam uma prestação jurisdicional acessível, rápida e efetiva.

Nesse contexto, o Nuaud, alinhado ao PJE 2021/2026, planejou as ações de auditoria para 2021, que poderão ser ajustadas quando instituídos os objetivos estratégicos da Justiça Federal da 1ª Região para o período 2021-2026 pelo TRF1, ou em caso de demandas supervenientes por parte da Diref/SJDF, do TRF1, CJF, CNJ, da nova regulamentação sobre a prestação de contas anual introduzida pela [Instrução Normativa n. 84/2020 do Tribunal de Contas da União](#) ou, ainda, em razão do atual cenário de pandemia (Covid-19).

As ações de auditoria priorizam a atuação preventiva e saneadora e serão executadas de forma direta, mediante auditorias de gestão, de conformidade, operacionais, integradas e compartilhadas. Seus objetos foram selecionados a partir das atividades de auditoria contidas no Plano de Auditoria Interna- Paint/2020 não finalizadas, da experiência dos integrantes da equipe de auditoria e dos pontos de vulnerabilidade encontrados nos processos analisados no último biênio, quando atendidos os critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco.

6. ANEXOS

Anexo 1: relata as ações de auditoria e inspeção programadas para o exercício de 2021;

Anexo 2: relaciona o conjunto das atividades previstas para o exercício de 2021;

Anexo 3: enumera as atividades realizadas pelo Nuaud no decorrer do exercício de 2020.

7. ENCAMINHAMENTO

Dessa forma, submete-se o presente plano à apreciação e aprovação do Excelentíssimo Juíz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Em seguida, propõe-se encaminhamento do PAA-2021 aprovado à Secretaria Administrativa para conhecimento das unidades administrativas e divulgação no portal eletrônico da Seção Judiciária do Distrito Federal (*internet e intranet*).



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

LUIZA VALERIA GONÇALVES
Serviço de Planejamento e Monitoramento de Auditoria Interna - Serpla

FABIANA GARCIA CAVALCANTE
Supervisora da Seção de Auditoria Interna de Gestão Administrativa e Contábil - Seauc

SÍLVIO DE ABREU SOUZA
Supervisor da Seção de Auditoria Interna de Gestão de Pessoas - Seagp

JOSEMAR RODRIGUES DE QUEIROZ
Diretor do Núcleo de Auditoria Interna - Nuaud

8. APROVAÇÃO DA DIRETORIA DO FORO

Aprovo o Plano Anual de Auditoria – PAA-2021¹ da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Remeta-se cópia à Secretaria Administrativa para conhecimento.

Divulgue-se.

MARCELO VELASCO NASCIMENTO ALBERNAZ
Diretor do Foro da Seção Judiciária do Distrito Federal

¹ Versão atualizada em Julho/2021 pela seguinte equipe: Josemar Rodrigues Queiroz – Supervisor da Seauc; Luiza Valeria Gonçalves – Assistente Técnico III; e, Richard Zoltan Seabra Reis- Supervisor da Seagp. A revisão da versão atualizada em Julho/2021 foi realizada pelo Diretor do Nuaud do Biênio Maio/2021-Maio/2023, José Joaquim de Oliveira.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

ANEXO 1 – PAA 2021

A- AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE AUDITORIA INTERNA DE GESTÃO DE PESSOAS - SEAGP

Macrodesafio PEJF	Ação de Auditoria	Classificação	Objetivo	Risco	Unidade auditada	Unidade executora	Período
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Auditoria contínua da folha de pagamento	Conformidade	Verificar a conformidade dos lançamentos em folha de pagamento de pessoal com as normas, os documentos necessários ao exercício dos direitos e cumprimento de obrigações e os registros em ficha financeira.	Inconsistências e desconformidades em folha de pagamento. Pagamentos incorretos.	Nucre	Seagp	Janeiro a Dezembro
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Auditoria de averbação de tempo de contribuição/serviço	Monitoramento	Verificar o cumprimento das normas relacionadas ao tema e a efetividade dos controles internos de gestão.	Ocorrência de registros indevidos em desacordo com a legislação de pessoal; concessão de benefícios e vantagens com erros; prejuízo aos interessados e/ou ao erário.	Nucre	Seagp	Janeiro a Maio
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança	Auditoria de passivos pagos em dez/2016 -	Monitoramento	Avaliar o atendimento das recomendações feitas no relatório de auditoria.	Ocorrência de registros indevidos em desacordo com a legislação de regência.	Nucre	Seagp	Janeiro a Maio



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

Macrodesafio PEJF	Ação de Auditoria	Classificação	Objetivo	Risco	Unidade auditada	Unidade executora	Período
judiciária. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Ação compartilhada com o TRF 1 e CJF						
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Auditoria coordenada pelo o CNJ	Conformidade e Operacional	Mapear o grau de acessibilidade digital dos órgãos do Poder Judiciário, verificar a elaboração e desenvolvimento de sistemas de acessibilidade e propor encaminhamentos a fim de promover a ampliação do acesso digital à Justiça às pessoas com deficiência.	Limitação a direitos de pessoas portadoras de deficiência, em razão do descumprimento de normas relativas à acessibilidade.	SJDF	Seagp e Seauc	Julho a Setembro/ 2021
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Auditoria nas concessões e pagamentos de auxílios a servidores, magistrados e dependentes	Monitoramento	Verificar a regularidade das concessões e pagamentos de auxílio-natalidade, auxílio funeral, auxílio-moradia e auxílio-saúde.	Divergência na concessão e pagamento de auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio-moradia e auxílio-saúde.	Nucre	Seagp	Maio a Setembro



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

Macrodesafio PEJF	Ação de Auditoria	Classificação	Objetivo	Risco	Unidade auditada	Unidade executora	Período
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária. Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Auditoria nas concessões de abono de permanência e nas conversões de licença-prêmio em pecúnia	Conformidade	Verificar a conformidade da concessão de abono de permanência e da conversão de licença-prêmio em pecúnia com as normas em vigor, bem como os pagamentos dos valores e registros em ficha financeira.	Concessão de abono de permanência e conversão de licença-prêmio em pecúnia em desconformidade com as normas em vigor. Pagamentos indevidos.	Nucre	Seagp	Junho a Setembro

B- AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS PELA SEÇÃO DE AUDITORIA INTERNA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E CONTÁBIL – SEAUC

Macrodesafio PEJF	Ação de Auditoria	Classificação	Objetivo	Risco	Unidade auditada	Unidade executora	Período
Aperfeiçoamento na gestão orçamentária e financeira	Auditoria	Auditoria de Contas Anuais 2020 - Financeira Integrada com Conformidade	Assegurar que as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro.	Distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, por fraude ou erro. Demonstrações contábeis elaboradas em desacordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicáveis.	Nucaf	Seauc/Nuaud	Janeiro a Março



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

Macrodesafio PEJF	Ação de Auditoria	Classificação	Objetivo	Risco	Unidade auditada	Unidade executora	Período
Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa. Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Ação Coordenada pelo CNJ Acessibilidade dos Tribunais e Conselhos.	Auditoria de conformidade e operacional	Mapear o grau de acessibilidade digital dos órgãos do Poder Judiciário, verificar e avaliar a elaboração e desenvolvimento de sistemas de acessibilidade e propor encaminhamentos a fim de promover a ampliação do acesso digital à Justiça às pessoas com deficiência.	Descumprimento da legislação referente a acessibilidade e às normas da ABNT.	SJDF	Seauc e Seagp	Julho a Setembro
Aperfeiçoamento na gestão orçamentária e financeira	Auditoria	Auditoria de Contas Anuais 2021- Financeira Integrada com Conformidade	Assegurar que as demonstrações contábeis foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicável e estão livres de distorções relevantes causadas por fraude ou erro, bem como que as transações subjacentes às demonstrações contábeis e os atos de gestão relevantes dos responsáveis pela UPC estão de acordo com as leis e regulamentos	Distorção relevante nas demonstrações contábeis, financeiras e orçamentárias, independentemente se por fraude ou erro. Demonstrações contábeis elaboradas e apresentadas em desacordo com as normas contábeis e o marco regulatório aplicáveis.	Nucaf	Seauc	Setembro a Dezembro



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

Macrodesafio PEJF	Ação de Auditoria	Classificação	Objetivo	Risco	Unidade auditada	Unidade executora	Período
			aplicáveis e com os princípios de administração pública que regem a gestão financeira responsável e a conduta dos agentes públicos.				
Aprimorar o sistema de controles internos da SJDF Aperfeiçoamento da gestão de pessoas	Avaliação dos registros do rol de responsáveis	Auditoria de Conformidade	Avaliar a regularidade dos registros no rol de responsáveis. Aprimorar o sistema de controles internos da SJDF	Ausência de registro ou inconsistência do rol de responsáveis	Nucaf	Seauc	Novembro e Dezembro
Aprimorar o sistema de controles internos da SJDF Aperfeiçoar a gestão administrativa e da governança judiciária.	Auditoria contínua nos processos de pagamento de serviços terceirizados com cessão de mão de obra.	Auditoria de Conformidade e Operacional	Analisar a conformidade legal e operacional dos processos de pagamento de serviços terceirizados com cessão de mão de obra, durante o exercício de 2021.	Desconsiderar a adoção das boas práticas recomendadas pelo TCU; Realizar ações em desacordo com as normas vigentes. Gestão ineficiente dos recursos públicos.	Nuasg, Nusit e Nubes	Seauc	Janeiro a Dezembro



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

ANEXO 2 – PAA 2021

OUTRAS ATIVIDADES VINCULADAS ÀS ATRIBUIÇÕES DO NUAUD PARA 2021

Macrodesafio PEJF	Ação de Auditoria	Objetivo	Risco	Período
Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa.	Atendimento às diligências do TRF1, CJF, CNJ e TCU.	Responder às demandas provenientes do TRF1, CJF, CNJ e TCU no prazo estipulado, registrando as providências em tabela específica.	Descumprimento de prazos.	Janeiro a Dezembro
Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa. Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária.	Participação em ações coordenadas de auditoria..	Realizar auditorias coordenadas pelo TRF1, CJF, CNJ e TCU, segundo metodologia proposta pelo órgão demandante	Descumprimento de prazos.	Janeiro a Dezembro
Enfrentamento à corrupção e à improbidade administrativa.	Monitorar a auditoria dos processos de contratação de serviços de mão de obra terceirizada.	Avaliar o atendimento às recomendações constantes do Relatório de Auditoria Operacional e de Conformidade 2019.	Desconsiderar a adoção das boas práticas recomendadas pelo TCU; Procedimentos irregulares ou em desacordo com as normas	Janeiro a Dezembro



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

Macrodesafio PEJF	Ação de Auditoria	Objetivo	Risco	Período
			vigentes. Gestão ineficiente dos recursos públicos.	
Aperfeiçoamento da gestão de pessoas.	Proporcionar à equipe de auditoria o conhecimento necessário à execução de suas atividades, por meio da participação nos eventos listados no PAC-Aud/2021.	Participar de ações de treinamentos, cursos, seminários, palestras e congressos, que agreguem valor às habilidades e competências exigidas para desempenhar as atividades inerentes a auditoria interna.	Conclusões inconsistentes nos trabalhos desenvolvidos. Descumprimento do art. 72 da Resolução CNJ 309/2020 (estabelece o número mínimo de horas de capacitação por servidor).	Janeiro a Dezembro
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Prestação de apoio técnico em consultas formuladas pelos gestores acerca de assuntos da competência do Nuaud.	Responder as consultas formuladas pelas unidades demandantes quando envolverem assuntos da competência do Nuaud.	Administração atuar em desacordo com restrições impostas por limitações legais ou jurisprudenciais. Atuação do Nuaud em atividades que possam configurar cogestão, sem que haja distinção entre controle interno e auditoria interna.	Janeiro a Dezembro
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Implementar a gestão de riscos no âmbito do Nuaud.	Mapear os principais processos de trabalho do Nuaud para implementar a gestão de risco no âmbito da Unidade.	Exposição a riscos não identificados formalmente e/ou não gerenciados	Outubro a Dezembro



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

Macrodesafio PEJF	Ação de Auditoria	Objetivo	Risco	Período
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria 2021.	Prestar contas das atividades de auditoria.	Atraso na elaboração do relatório. Não atendimento à Resolução CNJ n. 309/2020	Março a Junho
Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária	Elaboração do Plano Anual de Auditoria 2022.	Detalhar as ações e atividades de auditoria a serem executadas no exercício seguinte	Atraso na elaboração do planejamento. Escolha inadequada das ações a serem realizadas.	Setembro a Novembro



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

ANEXO 3 – PAA 2021

RELATÓRIO SINTÉTICO DAS ATIVIDADES REALIZADAS PELO NUAUD EM 2020

Atividades	Descrição
Emissão de 337 informações/encaminhamentos nos processos analisados pelo Nuaud.	Análise de conformidade em processos administrativos, manifestação de entendimento em casos concretos, emissão de pareceres, análise de prestação de contas etc.
Atendimento a diligências do TCU: e-Pessoal.	Análise e verificação dos apontamentos do TCU relacionados a impropriedades nos processos de pagamento de pessoal da SJDF.
Auditoria de conformidade na folha de pagamento.	Verificação da regularidade dos procedimentos adotados sobre os atos de gestão de pessoas que resultem em despesas ou restituições ao erário.
Auditoria nas Concessões e Pagamentos de Auxílios (PA 0003310-89.2020.4.01.8005)	Verificação da regularidade das concessões e pagamentos de auxílio-natalidade, auxílio-funeral, auxílio-moradia e auxílio-saúde.
Acompanhamento da legislação e de assuntos pertinentes à atuação da auditoria interna.	Atualização do repositório de normativos referente a matérias de interesse do núcleo.
Verificação da conformidade de pagamentos nos processos de prestação de contas.	Conferência dos processos de pagamento para verificação da conformidade operacional e processual.
Emissão de parecer de legalidade nos atos de concessão de pensão.	Emissão de parecer de legalidade nos processos de pensão e inclusão de registro no e-Pessoal/TCU.
Elaboração do Plano Anual de Capacitação de Auditoria – PAC-Aud /2021 (PAe. 0017958-74.2020.4.01.8005).	Planejamento das ações de capacitação, com vistas a promover o desenvolvimento de competências necessárias para o setor.
Plano de Atividades de Auditoria - PAA/2021 (PA. 0017946-60.2020.4.01.8005).	Elaboração do PAA para 2021, em atenção aos dispositivos da Resolução CNJ n. 309/2020.
Elaboração do Relatório Anual de Atividades/2020 (PA. 0017963-96.2020.4.01.8005).	Relatório das atividades de auditoria, diligências e controles realizados pelo Nuaud em 2020.



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Distrito Federal

Atividades	Descrição
Monitoramento da Auditoria de Averbação de Tempo de Serviço (PA 0012856-42.2018.4.01.8005)	Conferência das respostas dadas pela unidade quanto às análise e recomendações do Nuaud em relação aos atos de averbação de tempo de contribuição/serviço de servidores nascidos no ano de 1960 (homens) e 1964 (mulheres).
Monitoramento de auditoria de Gestão de Material e Patrimônio - 2020. Fase 1. (PAe. 0007206-43.2020.4.01.8005)	Análise de respostas dadas pela unidade quanto às recomendações para: instituição de controles administrativos para a gestão da frota de veículos; instituição de controles administrativos para a gestão de materiais e bens móveis; e realização de ações de treinamento de pessoal.
Avaliação dos processos licitatórios e de dispensa e inexigibilidade de licitação.	Avaliação da conformidade dos procedimentos adotados.
Avaliação dos processos mensais de pagamento dos contratos da SJDF.	Avaliação da conformidade dos procedimentos adotados.
Avaliação dos procedimentos relativos a suprimento de fundos e diárias.	Análise da legalidade quanto à concessão de suprimento de fundos e diárias.

Brasília, julho de 2021.